

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 32 No. 1 2019

ARTIGO

QUESTÕES *QUEER* PARA ANALISAR OS REGISTROS RUPESTRES COM CENAS QUE SUGEREM PRÁTICAS SEXUAIS NA SERRA DA CAPIVARA

Leandro Colling*, Michel Justamand**, Antoniel dos Santos Gomes Filho***, Gabriel Frechiani de Oliveira****

RESUMO

O texto apresenta análises de alguns registros rupestres encontrados nos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, que sugerem cenas de representação de diversas práticas sexuais. As cenas incluem o que, em uma leitura tradicional, é ou poderia ser lido como sexo entre pessoas do mesmo sexo, sexo entre pessoas de sexos distintos, sexo grupal e sexo entre pessoas de diferentes estaturas (ou idades). A partir dessas imagens, em diálogo com os estudos *queer* e da arqueologia *queer*, o texto problematiza e estranha essas leituras tradicionais, presentes em determinadas investigações mais conhecidas da arqueologia.

Palavras-chave: Arqueologia *Queer*; Registros Rupestres; Sexualidade.

* Professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia, e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS). E-mail: leandro.colling@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0519-2991>.

** Docente da Universidade Federal do Amazonas. Fez estágio de pós-doutorado em Arqueologia pela UNICAMP e em História pela PUC-SP. E-mail: micheljustamand@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0001-6944-5890>.

*** Docente da Faculdade Vale do Salgado. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: antonieli.historiacomparada@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-2230-4315>.

**** Docente da Secretaria Estadual de Educação do Piauí. Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: gfrechiani@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3528-2944>.

QUEER QUESTIONS TO ANALYZE SCENES THAT SUGGEST SEXUAL PRACTICES IN THE RUPESTRES ART OF SERRA DA CAPIVARA

ABSTRACT

The text analyzes rock paintings found in archeological sites of Serra da Capivara National Park. They depict scenes that suggest representations of various sexual practices. The scenes include what in a traditional reading could be read as same-sex, different sexes, group sex and sex between of different statures (or ages). From these images, in dialogue with queer studies and queer archeology, the text criticizes these traditional readings.

Keywords: Queer Archaeology; Rock Paintings; Sexuality.

CUESTIONES QUEER PARA ANALIZAR LOS REGISTROS RUPESTRES CON CENAS QUE SUGEREN PRÁCTICAS SEXUALES EN LA SIERRA DE LA CAPIVARA

RESUMEN

El texto presenta un análisis de algunos registros rupestres, encontrados en los sitios arqueológicos del Parque Nacional Serra da Capivara, que sugieren escenas que representan diversas prácticas sexuales. Las escenas incluyen lo que, en una lectura tradicional, podrían ser representaciones de sexo entre personas del mismo sexo, sexo entre personas de sexos distintos, sexo grupal y sexo entre personas de distintas estaturas (o edades). A partir de esas imágenes, en diálogo con los estudios *queer* y de la arqueología *queer*, el texto problematiza esas lecturas tradicionales, presentes en determinados estudios más conocidos de la arqueología.

Palabras clave: Arqueología *Queer*; Registros Rupestres; Sexualidad.

INTRODUÇÃO

Sobre os paredões rochosos localizados no Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC), no estado do Piauí, os registros rupestres pintados e gravados por nossos ancestrais contam como essas pessoas que habitavam o local há, no mínimo, 17 mil anos AP¹ realizavam diversas de suas atividades cotidianas, desde a caça, a coleta, as danças e os rituais. As práticas sexuais parecem não ficar de fora dessas representações criadas pelas primeiras pessoas que habitavam a terra *brasilis*, uma vez que essas temáticas são sugeridas e recorrentes nos mais de “(...) 900 sítios arqueológicos e cerca de 260 painéis com pinturas rupestres que conservam os vestígios mais antigos da passagem do *Homo sapiens* pelo continente americano” (CASTRO, 2011: 14).

Tendo isso em vista, este artigo é oriundo de uma parceria interinstitucional entre a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal Vale do São Francisco (UNIVASF) e Faculdade Vale do Salgado (FVS), que visa o desenvolvimento de pesquisas sobre o que hoje denominamos por relações de gênero e sexualidade nas sociedades antigas do Brasil². Essa parceria gerou uma expedição ao PNSC, realizada pelas pessoas autoras deste texto, de 29 de janeiro a 5 de fevereiro de 2018, para fotografar e analisar diversos sítios arqueológicos que contam com registros que sugerem ou podem ser lidos como cenas de práticas sexuais³.

Durante os dias de expedição, foram observadas várias cenas que, em uma leitura tradicional, sugerem sexo entre pessoas do mesmo sexo, sexo entre pessoas de sexos distintos, sexo de pessoas com animais, sexo grupal entre pessoas e sexo de pessoas de diferentes estaturas (ou idades). Diante de várias possibilidades de interpretação para as cenas observadas, perguntamos: como essa leitura tradicional pode ser problematizada através dos estudos *queer* e do que tem sido chamado por arqueologia *queer*? Em que medida essa leitura tradicional das imagens está impregnada pelas normas de gênero e sexualidade da atualidade? A leitura dessas cenas através das normas da atualidade daria conta de analisar essas imagens ou produzem mais um tipo de anacronismo? E como os/as nossos/as ancestrais praticavam sexo? O que essas imagens podem nos sugerir ou contar sobre uma história da sexualidade do que hoje denominamos Brasil? Essas questões motivaram diversos debates durante e após a expedição⁴, e este artigo pretende apresentar algumas notas preliminares sobre essas discussões. Para isso, utilizaremos alguns registros fotográficos das cenas rupestres dos sítios arqueológicos visitados, em

¹ Antes do Presente (AP): usamos essa expressão, porque nomear esse período como pré-história também nos parece muito colonizador, pois pode dar a entender que, antes da chegada do colono, não haveria uma história nesses locais. As próprias pinturas rupestres mostram o contrário. Quem foram as pessoas autoras dessas pinturas? Como chegaram no Brasil? Há quanto tempo? Essas são questões complexas e para as quais existem diversas versões. Para conhecer um pouco desses assuntos, sugerimos ler Pessis (2013), ainda que o livro se intitule *Imagens da pré-história*. Pessis (2013: 92) diz que pesquisas realizadas no sítio do Boqueirão da Pedra Furada permitiram “comprovar que a região foi habitada, de forma ininterrupta, há pelo menos 50 mil anos”.

² As pesquisas sobre os registros rupestres no campo da antropologia e arqueologia já vêm sendo desenvolvidas há mais de 10 anos pelo professor Michel Justamand (2007; 2011; JUSTAMAND; FUNARI, 2014, 2016). Já o professor Leandro Colling (2015) tem desenvolvido pesquisas sobre as dissidências sexuais e de gênero a partir dos estudos *queer*, junto ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS), vinculado ao Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia. O NuCuS é fruto do CuS, grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade, criado em 2007 e transformado em núcleo em 2018, nessa mesma universidade.

³ Agradecemos a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) pela receptividade durante os dias de expedição.

⁴ Boa parte dessas reflexões também foram motivadas por um excelente parecerista da Revista de Arqueologia, que teceu importantes considerações a uma primeira versão deste texto, a quem agradecemos. A expedição também contou com a valorosa participação de Vanessa da Silva Belarmino, bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, que realizou as fotos das cenas rupestres, e de Mário Ribeiro dos Santos Filho, integrante da Associação de Guias da Capivara, que nos guiou e indicou os melhores locais para encontrar as cenas aqui analisadas.

diálogo com referenciais teóricos sobre as práticas sexuais na história antiga do Brasil, os estudos *queer* e da arqueologia *queer*.

As fotos que realizamos no PNSC pertencem a diversos estilos ou tradições. Uma delas é chamada de Tradição Nordeste, outra Estilo Serra da Capivara e outra de Estilo Serra Branca (PESSIS, 2013). Conforme explica Niède Guidon, quando foram iniciadas as primeiras pesquisas no Parque, as pessoas pesquisadoras observaram, “quase que imediatamente, a existência de perfis gráficos muito diferentes, indicadores, a priori, de outras tantas etnias”.

As cronoestratigrafias, que as escavações arqueológicas forneceram, confirmaram essa hipótese, e as diversas manifestações gráficas assinaladas foram divididas em tradições, subtradições e estilos, como componentes de complexos horizontes culturais que, trinta anos depois de pesquisas continuadas, iriam delineando. (...) De caráter claramente essencialista, essa tradição (a Nordeste) caracteriza-se pela utilização de elementos gráficos mínimos, embora com traços tão precisos, que permitem a identificação das figuras e dos indicadores emblemáticos. Essa economia de traços descritivos permite maior precisão na hora de salientar diferenças (GUIDON, 2013:12).

II – METODOLOGIA

A nossa investigação adota uma abordagem qualitativa de nível descritiva, o que é recorrente em diversas pesquisas, inclusive sobre as sexualidades. Como aponta Joshua Gamson (2006: 345), essa abordagem “(...) preocupa-se mais com a criação de significado cultural e político e com dar mais espaço às vozes e às experiências que foram suprimidas”. Uwe Flick (2009: 79) nos lembra que os estudos feministas têm contribuído de modo significativo para o desenvolvimento dos métodos qualitativos através “(...) de um programa de pesquisa para a análise das questões de gênero, das relações de gênero, da desigualdade e da negligência da diversidade”.

Frente aos aspectos qualitativos da investigação, apresentaremos as notas preliminares dos achados da expedição ao PNSC em nível descritivo, que tem como “(...) objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2009: 28). Os níveis explicativos para compreensão dos registros rupestres sobre as cenas de práticas sexuais ainda estão sendo elaborados pelos/as pesquisadores/as.

Utilizamos como fonte de dados (primários) os registros fotográficos produzidos pelos/as pesquisadores/as durante as visitas aos sítios arqueológicos do PNSC, que serão problematizadas através dos referenciais teóricos oriundos dos estudos *queer* e da antropologia *queer*. A fotografia já possui uma tradição nos estudos antropológicos, etnográficos e arqueológicos, já que

(...) elas permitem gravações detalhadas dos fatos, além de proporcionar uma apresentação mais abrangente e holística de estilos de vida. Permitem o transporte de artefatos e a apresentação destes como retratos e também a transgressão dos limites de tempo e espaço (FLICK, 2009: 219-220).

A apresentação dos registros rupestres, em especial as cenas que sugerem práticas sexuais, por meio dos registros fotográficos e seus decalques⁵, podem permitir a produção de análises descritivas tanto dos/as pesquisadores/as como dos/as leitores/as,

⁵ Em outras pesquisas, as pinturas e ou gravuras rupestres foram analisadas por meio de decalques, que são realizados sobrepondo um papel às rochas, mas esse não foi o método utilizado no presente trabalho. O PNSC impede, inclusive, que qualquer pessoa toque nas rochas.

que têm, através do registro visual, a possibilidade de produzir as suas análises e interpretações do cotidiano dos/as ancestrais. O que faremos a seguir é a apresentação de algumas leituras que nomeamos como “tradicionais”, problematizadas e questionadas através dos estudos *queer* e da arqueologia *queer*.

III – OS REGISTROS RUPESTRES DO PNSC

O PNSC está localizado no semiárido nordestino, na fronteira entre duas formações geológicas, com serras, vales e planície. O parque abriga a fauna e flora específicas da caatinga. A área total do Corredor Ecológico é de 414 mil hectares e abrange os municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, Canto do Buriti, São João do Piauí, Tamboril do Piauí, Brejo do Piauí, São Braz, Anísio de Abreu, Jurema, Caracol e Guaribas, todos no Estado do Piauí.

No ano de 1991, o PNSC foi inscrito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade. A Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) ficou responsável pela preservação do parque, que ganhou esse status em 5 de junho de 1979, a partir do Decreto nº 83.548. A proteção ao Parque foi ampliada pelo Decreto de nº 99.143, de 12 de março de 1990, com a criação de Áreas de Preservação Permanentes adjacentes, com total de 35 mil hectares. A Portaria do Ministério do Meio Ambiente, nº 76, de 11 de março de 2005, criou um Mosaico de Unidades de Conservação, que abrange os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões e o Corredor Ecológico, que conecta os dois parques.

No PNSC encontra-se a maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecidos nas Américas, com mais de mil sítios cadastrados. Nos abrigos, além das manifestações gráficas, encontram-se vários vestígios da presença humana, com datações mais antigas conhecidas no continente americano. A região abriga 173 sítios arqueológicos abertos à visitação (ICMBIO, 2016; FUMDHAM, 2018; UNESCO, 2018; JUSTAMAND *et al.*, 2017; PESSIS & GUIDON, 2000; GUIDON, 2003).

Anne-Marie Pessis e Niède Guidon (2000: 21) explicam que as “(...) diferenças sobre o plano da apresentação gráfica refletem diferenças culturais, pois os padrões sociais de apresentação são determinantes dos primeiros. Os registros rupestres funcionam como verdadeiros sistemas de comunicação social (...)”. E os registros rupestres se constituem como fontes de informação antropológica e arqueológica, uma vez que se configuram como sistemas de comunicação que formam uma linguagem entre os povos que habitaram aquela região, o que possibilita aos/as pesquisadores/as do presente compreender como era o cotidiano dos habitantes da terra *brasilis* muito antes de 1500 (MARTIN, 1997; JUSTAMAND, 2007; 2011).

A obra rupestre pré-histórica, por representar comportamentos pautados, permite identificar os modos como se apresentam diferentes culturas e descobrir temas mais valorizados. As escolhas sobre como encenar graficamente o cotidiano ou o cerimonial estão relacionadas com os valores e as normas culturais. As pinturas rupestres foram realizadas segundo regras que refletem formas de expressão com as quais se participa da rede de comunicação social. Quando são narrativas, podem ser reconhecidas por qualquer observador; representam entidades de caráter universal, tais como figuras humanas, animais, objetos e vegetais. Essas diferentes temáticas e cenografias são resultado de uma escolha orientada por uma hierarquia concreta de valores. A finalidade dessa prática é contribuir para a manutenção de uma organização social, de regras de comportamento e, finalmente, do princípio de dominação que caracteriza os diferentes grupos culturais (PESSIS, 2013: 81)

IV – ARQUEOLOGIA E OS ESTUDOS QUEER

A arqueologia busca entender as sociedades humanas a partir de seus vestígios materiais. Essa simples assertiva pode ser compreendida como uma busca de evidências de um passado distante, classificadas de forma asséptica e inseridas no campo patrimonial e museal, ou, como prefiro pensar, como uma leitura das relações entre humanos e não humanos a partir de corpos, coisas e paisagens. Uma leitura do movimento (WICHERS, 2017: 40).

Camila Wichers (2017: 36-37), em seu artigo *Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas*, aponta que, no curso histórico, a arqueologia e a museologia podem ser consideradas como um meio de normatização e regulação da sexualidade, já que as “(...) narrativas priorizaram vestígios associados à ‘antiguidade do homem nas Américas – e aqui o emprego do masculino ‘neutro’ já é digno de nota (...)”. Ou seja, as produções da arqueologia e da museologia se aproximam das ideias modernas de civilização, que se pautam na figura do homem-masculino, branco e europeu.

A busca pela compreensão das sociedades humanas a partir de seus vestígios materiais, através da arqueologia (como é apontado na epígrafe dessa seção), segundo Wichers, é responsável por reforçar socialmente o que entendemos hoje como estereótipos de gênero, o que revela o seu caráter colonizador. Tendo isso em mente, podemos problematizar o próprio nome da instituição responsável por preservar o Parque Nacional Serra da Capivara: Fundação Museu do Homem Americano. Diversas feministas já apontaram o quanto a ideia universal do “homem” apagou a presença das mulheres na produção do conhecimento e na própria história da humanidade. Lourdes Bandeira (2008), ao tratar sobre as contribuições da crítica feminista à ciência, cita a historiadora Michelle Perrot, que diz:

Os homens estão aí. A história dos homens está aí, onipresente. Ela ocupa todo o espaço e há muito tempo. As mulheres sempre foram concebidas, representadas, como uma parte do todo, como particulares e negadas, na maior parte do tempo. Podemos falar do silêncio da História sobre as mulheres. Não é de espantar, portanto, que uma reflexão histórica participe dessa descoberta das mulheres sobre elas próprias e por elas mesmas, aspecto de sua afirmação no espaço público [...] porque a emancipação das mulheres, que diz respeito às relações entre os sexos, é um dos fatos maiores do século XX. E aqueles que se surpreendem, provavelmente não estão a par do desenvolvimento considerável dessa reflexão no mundo ocidental há um quarto de século (PERROT *apud* BANDEIRA, 2008, p. 209).

Ainda que saibamos das complexas relações entre gênero e sexualidade, neste texto estamos mais interessados em analisar as imagens que nos sugerem sobre possíveis práticas sexuais das pessoas que viveram em nosso território muito antes da invasão colonizadora europeia. Desse modo, compreendemos a sexualidade como:

[...] a organização social, a formulação cultural e a instituição política da vida sexual e das relações sexuais entre pessoas, referindo-se, segundo Barbara L. Voss e Robert A. Schmidt (2000), às atividades sexuais (ligadas ao coito, ao orgasmo e às estimulações individuais e interpessoais de todo tipo), ao erotismo (ligado aos sentidos e representações que estimulam o interesse sexual ou têm uma carga sexual), às identidades sexuais (ligadas as escolhas dos/as parceiros/as e das modalidades/moralidades sexuais e à construção das subjetividades), aos sentidos sexuais (ligados ao modo como certos objetos e situações referem a vida sexual) e, enfim, às políticas sexuais (ligadas aos sistemas morais que arrolam as relações sexuais às estruturas sociais de poder) (GONTIJO & SCHAAN, 2017: 58).

Em consonância com os escritos de Camila Wichers (2017), Fabiano Gontijo e Denise Schaan (2017), autores/as que estão construindo o que está sendo chamado de uma arqueologia *queer*, pensamos que os estudos *queer* podem ser produtivos para (re)pensarmos as nossas construções históricas e sociais sobre a sexualidade das sociedades antigas. Isso porque os estudos *queer* colaboram para desconstruir um pensamento dualista (macho-fêmea/homem-mulher/masculino-feminino) e apontam para uma perspectiva fluída dos gêneros e das infinitas possibilidades de práticas sexuais. Curiosamente, questões muito parecidas são sugeridas em alguns registros rupestres que encontramos no PNSC.

Os estudos *queer* são diversos entre si, não formam um bloco homogêneo e nem uma teoria acabada⁶, mas alguns aspectos os unem: as críticas às normas de gênero e sexualidade e explicações sobre como elas foram construídas e naturalizadas ao longo do tempo; as evidências de como as múltiplas identidades de gênero e orientações sexuais existem, resistem e se proliferam, por não serem entidades estáveis; as críticas às perspectivas patologizantes em relação a essas identificações e às compreensões e saberes que tentam explicar as sexualidades e os gêneros a partir de perspectivas genéticas, biologizantes e morais; a rejeição a qualquer ideia de normalização e a problematização das categorias que estão em zona de conforto, como a heterossexualidade, por exemplo, que se constitui não apenas como uma expressão da sexualidade, mas a norma política que todos deveriam seguir dentro de um modelo bastante rígido; e as críticas em relação à clássica separação entre os estudos da sexualidade e os estudos de gênero⁷. Sobre esse último ponto, os estudos *queer* apontam que tanto o sexo quanto as práticas sexuais, identidades ou orientações sexuais, são também generificadas. Ao mesmo tempo, o gênero também é sexualizado. Por exemplo: se um homem heterossexual não se comportar como um “homem de verdade”, ele terá questionada tanto a sua identidade de gênero quanto a sua orientação sexual.

De todos esses aspectos dos estudos *queer*, destacamos um que será fundamental para problematizarmos determinada leitura tradicional sobre as cenas que sugerem práticas sexuais nas pinturas rupestres. Os estudos *queer*, desde pelo menos o final dos anos 1980, têm problematizado a ideia de que a genitália de uma pessoa determina o gênero e a orientação sexual do sujeito. Para a norma, nomeada por heteronormatividade (BUTLER, 2003) e, mais recentemente, por cisheteronormatividade (VERGUEIRO, 2015), quem possui um pênis deve ter, obrigatoriamente, uma identidade de gênero masculina e deve desejar e praticar sexo com uma pessoa com genitália feminina e identidade de gênero feminina. Vice-versa para quem possuir uma vagina. No entanto, essa é uma norma da sociedade ocidental, criada com mais força, segundo Michel Foucault (1988), a partir dos séculos XVII e XVIII. Se isso for verdade, como poderemos aplicar essa norma para pensar as cenas das pinturas rupestres que são muito anteriores?

Os estudos *queer* “(...) propõem um enfoque não tanto sobre populações específicas, mas sobre os processos de categorização sexual e sua desconstrução” (GAMSON, 2006: 347). Recentemente, essa abordagem tem passado a figurar em algumas pesquisas sobre a sexualidade na arqueologia brasileira. Eis uma das razões apontadas: “(...) pode ser uma maneira de pensar melhor as relações sociais em outras épocas, relações que podiam ser marcadas também pelo gênero, pela idade/geração, pela etnia/ etnicidade, pela religião,

⁶ Teresa De Lauretis, em 1991, é quem primeiro chamou uma série de novas pesquisas por teoria *queer*. No entanto, Colling tem preferido a expressão estudos *queer* à teoria *queer*, porque essa última dá a ideia de que existe uma teoria fechada em torno de determinados temas, distanciando-se da própria demanda por liberdade dessa abordagem. A expressão “estudos *queer*”, no plural, pelo contrário, deixa o campo mais aberto para evidenciar e pensar as grandes diferenças existentes entre as pessoas estudiosas.

⁷ Sobre os impactos dos estudos *queer* nos estudos de sexualidade e gênero do Brasil, ler Colling (2017).

pela corporalidade e por outros diversos sistemas culturais de marcação social.” (GONTIJO & SCHAAN, 2017: 65).

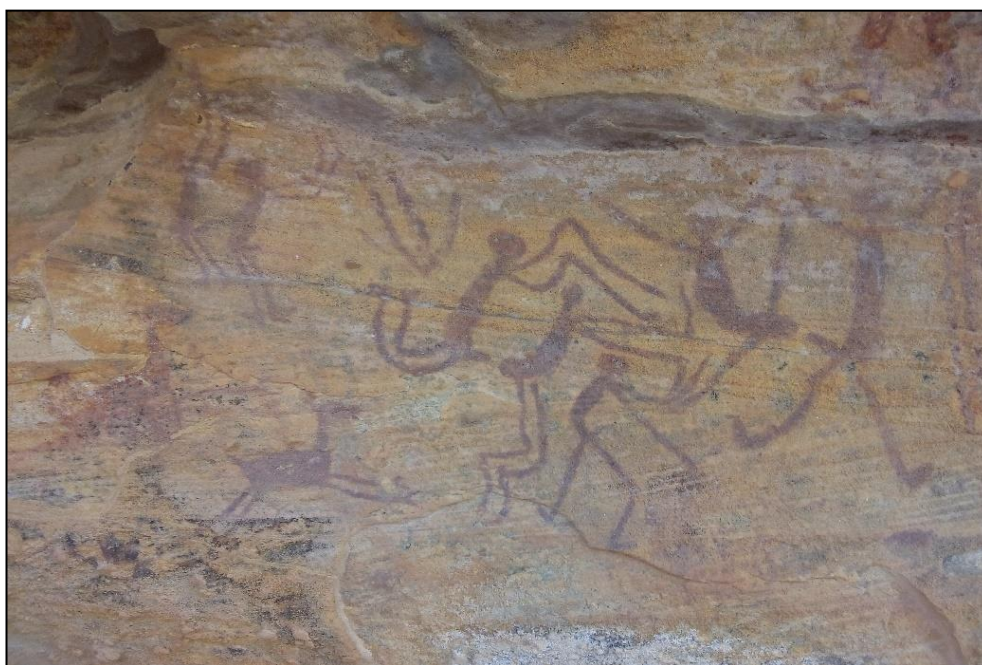
Gontijo e Schaan (2017) explicam em que medida os estudos *queer* podem auxiliar a arqueologia:

Para Thomas A. Dowson, uma arqueologia de inspiração queer não deve olhar o passado através das lentes do presente em busca de justificativas históricas e arqueológicas para práticas atuais. No estudo, por exemplo, dos chamados terceiro ou quarto sexos entre os indígenas norte-americanos ou dos hijras indianos, deve-se considerar essas “formas identitárias” a partir da lógica das culturas nas quais se inserem, e não como formas de “homossexualidade” – taxonomia médico-jurídica ocidental –, sob o risco de se negar a diversidade de identidades sexuais existentes pelo mundo afora nos dias de hoje e ao longo da história da evolução humana (DOWSON, 2000a). Se a crítica feminista desafia a norma sexista e androcêntrica, a crítica queer desafiaria, assim, não somente o sexismo, mas a heteronormatividade e todas as formas normativas corporificadas (e todos os anacronismos correlatos). (GONTIJO & SCHAAN, 2017: 58).

Dito isso, apresentamos a seguir alguns dos registros fotográficos que sugerem cenas de práticas sexuais dos sítios arqueológicos do PNSC. Após os registros, apontaremos como essas cenas poderiam ser interpretadas por uma leitura tradicional e como elas podem ser problematizadas, questionadas e estranhadas através dos estudos e da arqueologia *queer*.

V – AS POSSÍVEIS PRÁTICAS SEXUAIS ANCESTRAIS E SUAS LEITURAS

Figura 1 - Toca do Baixão do Perna IV. Acervo dos autores (2018).



A figura 1 retrata uma cena que tradicionalmente tem sido identificada como uma prática sexual grupal. Uma leitura tradicional e dicotômica diria que as pessoas com falos eretos são homens e as demais são mulheres. Isso poderia ser dito, por exemplo, através

do clássico estudo de Anne-Marie Pessis (2013). Vejamos o que ela diz sobre gênero e sexualidade ao analisar imagens também coletadas no PNSC:

A definição de gênero aparece nas figuras rupestres particularmente vinculada ao estabelecimento das identidades. Existem três tipos de figuras portadoras de traços de identificação sexual. Aquelas que, sendo simples ou com atributos culturais, apresentam o falo. Outras que possuem traços que permitem identificar o sexo feminino. A presença desse traço diferenciador observa-se apenas nas cenas sexuais, em que existe a intenção de mostrar explicitamente uma ação sexual ou vinculada à temática da reprodução. Não foram identificadas figuras isoladas portadoras desse diferenciador sexual. *A característica sexual feminina é identificada pela exteriorização da cavidade vaginal*. Aparece como um complemento da zona genital que não corresponde às características morfológicas externas do sexo feminino. Não é o sexo feminino que é representado, mas sua função de receptor do falo. (PESSIS, 2013: 128 – *grifo nosso*).

Ou seja, para Pessis, o falo ereto corresponde a uma imagem de alguém do sexo masculino e “exteriorização da cavidade vaginal”, que, nas imagens, se apresenta com uma espécie de bolinha entre as pernas, corresponde a uma pessoa do sexo feminino. Através de Pessis, poderíamos ainda ir um pouco além, coisa que ela não faz, para sugerir que essa figura 1 poderia tratar sobre cenas de sexo anal entre alguém do sexo masculino (com falo) em alguém do sexo feminino (com a “exteriorização da cavidade vaginal”).

No entanto, através de uma leitura dos estudos e da arqueologia *queer*, poderíamos problematizar e questionar essa leitura de várias maneiras. Por que uma pessoa com falo é lida automaticamente como pertencente ao sexo masculino e uma bolinha que sugere a “exteriorização da cavidade vaginal” é lida como pertencente ao sexo feminino? O problema é que sexo, para Pessis, é também gênero, como ela sugere no início da citação. Como podemos fazer essa leitura se não conhecemos quais eram as normas do que hoje chamamos gênero e sexualidade da época representada nas pinturas? Uma figura humana representada com um falo ereto desempenha qual papel sexual nas cenas? Com essa pergunta estaremos mais interessados nas práticas sexuais. Uma leitura possível dessa cena é de que o falo não penetra apenas as tais “cavidades vaginais”. E quais outras funções essa mesma figura desempenha no cotidiano daquela comunidade? Figuras com falo só fazem determinadas coisas e não outras? Através dessa pergunta, estaríamos pensando mais sobre eventuais normas de gênero naquele contexto. Tais perguntas nos alertam que, no máximo, podemos inferir que a figura 1 sugere uma cena de prática de sexo grupal, classificada por Pessis como pertencente ao Estilo Serra Branca (PESSIS, 2013: 153).

Isso não quer dizer que falos eretos e imagens com a “cavidade vaginal” não digam nada sobre os sexos ou até sobre o que hoje entendemos como gênero ou identidades de gênero daquelas figuras humanas presentes nos registros rupestres. O que enfatizamos, em diálogo com os estudos *queer*, é que a materialidade do corpo, ou aquilo que em geral se entende como a “natureza”, não é uma superfície passiva, uma página em branco sobre a qual deixariam de incidir as normas de determinada sociedade, seja ela qual for. É aquilo que Judith Butler, ao enfrentar um debate em outro contexto, mas com problemáticas similares, diz sobre não existir um “natural” antes da inteligibilidade. As normas de inteligibilidade de nossa sociedade atual, nós conhecemos, no entanto desconhecemos aquelas que incidiam sobre os grupos sociais representados nos registros rupestres. A proposta de Butler é refletir sobre a indissolubilidade entre a materialidade e a significação, o que não é, diz ela, um assunto simples de ser tratado e estudado. E isso implica em uma série de questões que ela passa a enfrentar, tais como a “clássica associação” entre a feminilidade e o útero, a vagina e a reprodução. A vagina e o pênis são

marcas diferentes nos corpos, dizem sobre a forma e formação desses corpos e dos seus gêneros. O propósito não é o de negar a materialidade dos corpos, mas de enfatizar como eles são materializados, quais as exclusões que corremos o risco de gerar ao operar com uma separação estanque entre natureza x cultura, essencialismo x construcionismo, sexo x gênero, matéria/corpo x significação. Como diz Butler,

O debate entre construcionismo e o essencialismo deixa assim de perceber totalmente a desconstrução, pois o argumento nunca foi o de que ‘tudo é discursivamente construído’; esse argumento, quando e onde é levado, pertence a um tipo de monismo, ou linguisticismo discursivo, de uma violenta forclusão, da abjeção e de seu retorno perturbador no interior dos próprios termos da legitimidade discursiva (BUTLER, 2001, p. 162).

Ou seja, em Butler o corpo não é resultado de eleições voluntaristas para fabricar o gênero, mas do efeito que a série de repetição iniciada na linguagem promove; as repetições promovem um efeito sobre o corpo, materializando-o expressivamente. O corpo é nutrido, a partir das repetições performáticas que corporificam, em movimento, o gênero. Dessa forma, o sujeito só é autor no processo de fabricação de seu corpo/gênero quando, vivendo, aproxima-se mais ou menos das normas que orientam as suas repetições cotidianas. O sujeito não é autor, mas resultado das forças culturais que o levam a se comportar mais próximo ou mais distante das normas que uma analítica da linguagem faz aparecer como códigos que modulam as repetições. Dentro dessa perspectiva, para entender as práticas sexuais nos registros rupestres, teremos que ter subsídios dessas normas para interpretar qualquer uma das cenas.

Voltando às reflexões de Pessis, é interessante observar que ela considera como “figuras emblemáticas” aquelas em que aparecem duas figuras humanas “dorso-contradorso, com diferenciação sexual”. A imagem que ela publica em seu livro (PESSIS, 2013), na página 127, é a mesma da figura 2, que nossa expedição também fotografou na Toca da Ema do Sítio do Brás. Encontramos imagens parecidas em outros sítios do PNSC, a exemplo da Toca do Pajau e Baixão do Perna II. As figuras humanas estão quase que unidas pelas costas, bundas com bundas. Pessis inclui essa fotografia na parte do seu livro em que trata de outras imagens rupestres que sugerem práticas sexuais. Por que considerar essas figuras como emblemáticas? Porque elas não estão no nosso arcabouço de inteligibilidade. Ou dito de outra forma, não as entendemos porque não conhecemos as normas que governavam aqueles corpos. Se isso parece válido para essas cenas, por que não poderia ser válido para as demais figuras que sugerem práticas sexuais?

Figura 2 - Toca da Ema do Sítio do Brás. Acervo dos autores (2018).



Pessis também destacou outra questão que nos parece muito interessante. Nas pinturas da Tradição Nordeste “existe uma total ausência da representação do sexo feminino, tal como ele é morfologicamente” (PESSIS, 2013: 128). Esse tipo de cena compõe o que a pesquisadora chamou de

um terceiro tipo de figura humana que não apresenta qualquer indicador de gênero, pela ausência de todo caráter diferenciador sexual. Essa falta de precisão é muito frequente, tanto para as figuras isoladas quanto para as que integram cenas de ação. Pretender que se trata de figuras femininas, em razão da ausência do falo, seria ambíguo, pois a indicação do sexo feminino, quando se trata de salientar sua função, se faz sem restrição, apesar da distorção aparente da morfologia feminina (PESSIS, 2013: 128).

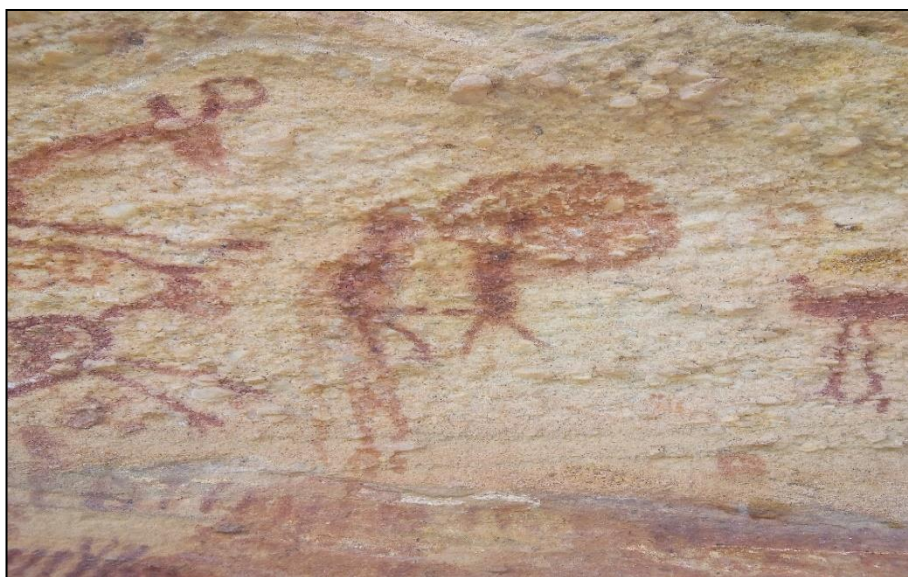
Ou seja, Pessis conclui que as imagens, via de regra, apenas diferenciam homens e mulheres (via falo ou “exteriorização da cavidade vaginal”) quando tratam de cenas de sexo e de partos. Nas demais cenas do cotidiano seria mais difícil identificar as figuras humanas pelo sexo/gênero. Isso, diz a pesquisadora, poderia nos fazer pensar que aquela sociedade não teria uma divisão sexual e de gênero no trabalho e que, portanto, as mulheres participariam de todas as atividades que em outras sociedades são reservadas aos homens.

Assim, elas vestiriam os mesmos atributos culturais que as figuras masculinas e participariam ativamente da caça maior e da luta armada, da mesma maneira que os homens. Por outra parte, constata-se que a figura sem diferenciação sexual é majoritária no conjunto de figuras da tradição (Nordeste); se as figuras fossem femininas, poder-se-ia pensar numa sociedade organizada sobre o princípio da igualdade entre os sexos, o que entraria em contradição com outros indicadores que sugerem o contrário. Existem sociedades primitivas em que as formas de organização são mais ou menos de igualdade, mas a dominância institucional ritual do homem é uma constante na encenação social. Uma constante que, como foi visto, possui formas atávicas, de origem biológica, nos primórdios da cultura humana (PESSIS, 2013: 129).

Pessis não informa quais seriam esses outros indicadores que sugerem falta de igualdade entre os sexos/gêneros nessas sociedades antigas. Mais adiante, propõe que uma leitura possível das cenas em que as figuras não têm “um diferenciador sexual, poderiam ser consideradas, de maneira indistinta, homens ou mulheres, sem que a diferença tenha alguma importância para o que se pretende informar ou representar” (PESSIS, 2013: 131). Se as marcas de sexo e gênero não foram realizadas na maioria das imagens, o que isso poderia nos dizer sobre essa sociedade? Essa nos parece uma questão central para esses estudos e que pode oferecer subsídios sobre as normas de gênero que operavam entre quem habitou a terra *brasilis*.

Ou seja, aquilo que hoje denominamos por relações de gênero ainda precisam ser muito estudadas nas imagens rupestres existentes no PNSC. Além disso, nesses estudos, como destacamos aqui, precisamos realizar um enorme esforço para não utilizar as normas de sexualidade e gênero da atualidade para ler as imagens antigas. É evidente que isso, em termos absolutos, é uma impossibilidade, mas as pessoas pesquisadoras devem estar sempre alertas para evitar os anacronismos. Vejamos a seguir outras imagens realizadas em nossa expedição e as leituras e perguntas possíveis para as cenas:

Figura 3 -Toca do Baixão do Perna I. Acervo dos autores (2018).



No centro da imagem da figura 3, vemos dois antropomorfos, presumivelmente, com falos eretos e de frente um para o outro. Uma leitura tradicional poderia concluir que se trata de uma cena de sexo entre duas pessoas do sexo masculino. No entanto, como não temos informações suficientes sobre como se constituíam as normas de sexualidade daquela sociedade, poderíamos classificar essa cena como uma prática sexual entre dois homens? E se, nas normas daquela sociedade, dois falos eretos, um em frente ao outro, não fossem lidos como uma prática sexual ou erótica, mas como um sinal de fertilidade ou qualquer outra coisa que sequer passa pelas nossas lentes colonizadoras e normatizadas?

Figura 4 - Toca do Baixão do Perna II. Acervo dos autores (2018).



Figura 5 - Toca de Cima do Fundo do Boqueirão da Pedra Furada. Acervo dos autores (2018).



Figura 6 - Toca do Pinga do Boi. Acervo dos autores (2018).



Em uma leitura tradicional, a cena da figura 4 representaria uma prática sexual entre um antropomorfo do sexo masculino e dois do sexo feminino. Essa leitura também parte do princípio de que a imagem com falo ereto pressupõe uma pessoa do sexo masculino. Uma leitura *queer*, que aqui queremos sugerir, também pode estranhar e duvidar dessa leitura tradicional. Na figura 5, uma leitura tradicional poderia concluir que se trata de uma prática sexual com sexo anal na presença de antropomorfos de diferentes dimensões, que parecem também estar com falos eretos. A cena da figura 6, em uma perspectiva tradicional, sugere a prática sexual entre duas pessoas do sexo feminino. Isso porque as figuras não apresentam falos e a cena sugere que uma vulva estaria encostando na outra. Mas podemos chegar nessas conclusões sem conhecer as normas de sexualidade e gênero que regiam as pessoas naquelas sociedades? Temos informações para enquadrar conclusivamente essa cena da figura 6 como sexo entre duas

peças do sexo feminino? Ou seja, precisamos reconhecer que desconhecemos esse universo, e que ele nos aponta para muitos desafios de variadas ordens. Como atestam Contijo e Schaan,

A partir da teoria queer, não se trata mais de questionar, assim, “se” existem outras formas de expressões sexuais para além do dimorfismo sexual e do binarismo de gênero. O dimorfismo e o binarismo se apresentam como taxonomias construídas socialmente para fins políticos. A realidade das outras tantas formas já foi – e está sendo cada vez mais – atestada pela biologia crítica, seguida da bioarqueologia e confirmada pelas evidências etnográficas (LEWIN & LEAP, 2009). Restaria à arqueologia mostrar “como” se expressam e se expressavam as múltiplas variantes da diversidade sexual e de gênero na espécie humana ao longo de sua história, suas particularidades, perspectivas próprias e transformações (BLACKMORE, 2011; DOWSON, 2009; VOSS, 2009). A arqueologia – assim como a antropologia social e a bioantropologia – teria um papel fundamental e preponderante na desessencialização e na desnaturalização das estruturas de poder vigentes na atualidade. Para isso, seria preciso que, a princípio, os arqueólogos refletissem sobre o seu próprio lugar no mundo social, a sua postura acadêmica, a sua posição política e os seus conhecimentos situados, para minimizar os efeitos perversos do seu lugar, da sua postura, da sua posição e dos seus conhecimentos situados na análise e na interpretação dos dados, evidências e registros e na produção dos discursos sobre a vida social passada, evitando projetar sobre os dados os seus próprios anseios e ansiedades (VOSS, 2009). Respondendo à preocupação com a posicionalidade e a reflexividade na pesquisa arqueológica, assim como os antropólogos que estudam a sexualidade fazem (LEWIN & LEAP, 1996, 2009), os arqueólogos estariam assim capacitados para imaginar ordens e sistemas de gênero, sexualidades e desejos instáveis, fluidos e sempre contingentes, muito ou radicalmente diferentes daqueles de suas próprias sociedades (AIMERS & RUTECKI, 2016; THOMAS, 2000) (CONTIJO & SCHAAN, 2017: 57-58).

VI. PARA CONCLUIR E FAZER MAIS PERGUNTAS

Por ora, o que podemos dizer é que as cenas que sugerem práticas sexuais são recorrentes nos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, em especial os localizados no município de São Raimundo Nonato. Trata-se de um material rico, diverso e que merece ser estudado com muito cuidado para não recair em anacronismos e/ou leituras apressadas e marcadas por normas de gênero e sexualidade da atualidade.

Neste texto, apenas alertamos que, se fossemos usar uma leitura tradicional, diríamos que a expedição localizou diversas cenas que sugerem práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, sexo entre pessoas de sexos distintos, sexo de pessoas com animais, sexo grupal entre pessoas e sexo de adultos com crianças ou, pelo menos, na presença das crianças ou de adultos representados em dimensões menores, como podemos visualizar nas fotografias. No entanto, a partir de uma perspectiva *queer*, não podemos fazer leituras tão rápidas. Isso porque não temos informações precisas sobre quais as normas de gênero e sexualidade operavam naquelas sociedades. Uma imagem de uma pessoa com falo ereto pode ser lida como um homem ou pessoa do sexo masculino? Uma imagem sem a presença do falo ereto, com uma “exteriorização da cavidade vaginal”, pode ser lida como se fosse, automaticamente, de uma pessoa do sexo feminino e mulher? Para uma leitura tradicional e marcada pelas normas da atualidade, a resposta seria sim. Para uma leitura via perspectiva e arqueologia *queer*, que acionamos aqui, poderíamos perguntar: as pessoas daquela época eram lidas e divididas entre quem tem falo e quem tem “cavidade vaginal”? A característica de um corpo determinava qual seria a prática sexual do sujeito e também o que hoje chamamos por identidade de gênero? Por

que não encontramos nenhum registro de figuras humanas que possuem uma ambiguidade sexual, aquilo que hoje nomeamos como pessoas intersexo (VIEIRA, 2018)? Elas não existiam, não eram representadas ou não sobreviviam?

Talvez um estudo profundo e detalhado sobre esses temas pudesse gerar uma outra história da sexualidade e das relações de gênero desse lugar que hoje chamamos de Brasil. Algo que poderia ser muito mais revelador do que o clássico estudo da história da sexualidade realizado por Michel Foucault (1988). Ele já revelou, em outro contexto, que as pessoas nem sempre vivenciaram as suas sexualidades com as mesmas normas que passaram a ser registradas após o século XVII. Isso não quer dizer que as sociedades estudadas por Foucault, ou que outras sociedades antigas, não possuíssem nenhuma norma sobre o que, atualmente, denominamos gênero e sexualidade. No entanto, se ficarmos apenas nos estudos de Foucault, em seus textos sobre a história da sexualidade, notaremos que ele argumentava que, no início do século XVII, ainda vigorava uma certa franqueza em relação à sexualidade.

As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados aos do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre risos dos adultos: os corpos “pavoneavam” (FOUCAULT, 1988: 9).

Segundo Foucault (1988: 65), existiram dois grandes procedimentos para produzir a verdade sobre o sexo: o da arte erótica (*ars erotica*) e o da ciência sexual (*scientia sexualis*). O primeiro, ele encontrou nas sociedades da China, Japão, Índia e Roma e nas nações árabes-muçulmanas.

Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer e, portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma. (...) Nossa civilização, pelo menos à primeira vista, não possui *ars erotica*. Em compensação é a única, sem dúvida, a praticar uma *scientia sexualis*. Ou melhor, só a nossa desenvolveu, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade sobre o sexo, procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo marginal, que é a confissão (FOUCAULT, 1988: 65-66).

Não é a nossa intenção fazer o diálogo direto entre Foucault, a sua história da sexualidade e as cenas de sexo existentes no PNSC. Isso poderia gerar outros anacronismos e leituras rasas. Entretanto, em um primeiro momento, pensamos que as imagens existentes no PNSC também podem ser utilizadas para pensar sobre como a nossa civilização produziu, através de vários dispositivos, a regulação dos corpos, das práticas sexuais, da vida e da morte. Em um segundo momento, poderíamos ir além e questionar, de alguma forma, a própria história da sexualidade através do riquíssimo arquivo que dispomos nas paredes do parque localizado nos confins do Piauí. Em um terceiro momento, quem sabe, poderíamos inclusive problematizar os próprios estudos *queer* e de outras perspectivas a partir das pinturas rupestres. Por ora, podemos dizer coisas óbvias: que os/as nossos/as antepassados/as ainda não estavam influenciados/as pelas normas religiosas cristãs, médicas e jurídicas que passaram a determinar regras muito restritas e duais para a sexualidade, que se apresentam “(...) através dos processos

de colonização e de circulação do conhecimento sobre o corpo, o sexo e o gênero” (GOMES FILHO, 2017: 396). Por outro lado, é preciso considerar que tais povos também tinham as suas normas, e nossos estudos devem ser produzidos no sentido de encontrar indícios, ainda que precários, dessas regulações.

Outra reflexão possível, a partir das cenas existentes no PNSC, também é óbvia, mas também merece ser destacada, em especial nos dias atuais pelos quais passa o Brasil. As pessoas que nos antecederam há mais de 10 mil anos não faziam sexo apenas para procriar. Cenas com pessoas com falos eretos, posicionadas lado a lado, existem em grande quantidade nos sítios do Parque. O mesmo para falos dirigidos para o ânus de outras figuras humanas. As práticas sexuais, se assim as podemos qualificar, envolviam uma variedade de posições que tinham a proposta de extrair o máximo de prazer do corpo, uma *ars erótica* da terra *brasilis*? Ou melhor, que outros nomes, mais condizentes com o nosso campo, poderiam ser pensados ou sugeridos para se referir a essas formas de vivenciar a sexualidade?

Outra pergunta: as práticas sexuais em grupo e na presença de representações de antropomorfos em dimensões menores, juntamente com as cenas sobre caça e demais afazeres cotidianos, que ainda precisam ser analisadas, podem sugerir que a organização social e cultural nas sociedades antigas das américas afastava-se de uma perspectiva androcêntrica, “(...) no qual o homem seria responsável pelas atividades mais importantes (caça e segurança do grupo), e a mulher estaria fadada às atividades secundárias (gravidez e ao cuidado com as crianças)” (WICHERS, 2017: 40)?

Enfim, apostamos que os estudos *queer*, com suas proposições teóricas e metodológicas, podem constituir um caminho para (re)pensarmos a sexualidade dos habitantes da terra *brasilis* antes de 1500. Nesse sentido, a arqueologia queer (CONTIJO & SCHAAN, 2017) no Brasil ainda tem um longo e próspero caminho a trilhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Lourdes. 2008. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril.
- BUTLER, Judith. 2001. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, p.151-172.
- BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTRO, Sádía. 2011. Gonçalves de. *O elogio do cotidiano: educação ambiental e a pedagogia silenciosa da caatinga no sertão piauiense*. Fortaleza: Edições UFC.
- COLLING, Leandro. 2017. Impactos e tretas dos estudos queer. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. (org.). *Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento*. Campinas: Pontes Editores, p. 33-50.
- COLLING, Leandro. 2015. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- FLICK, Uwe. 2009. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- FOUCAULT, Michel. 1988. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FUMDHAM. *Fundação Museu do Homem Americano*. 2018. Disponível em: <<http://www.fumdam.org.br/o-parque>>. Acesso em: 13 Fev.
- GAMSON, Joshua. 2006. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DEZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.
- GIL, Antonio Carlos. 2009. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- GOMES FILHO, Antoniel dos Santos. 2017. Corpo, sexo, gênero e biopolítica. In: MELO, M. A. S.; GOMES FILHO, A. S. QUEIROZ, Z. F. (Orgs.). *Epistemologias em confronto no Direito: reinvenções, ressignificações e representações a partir da interdisciplinaridade*. Curitiba: EDITORA CRV.
- GONTIJO, Fabiano de S.; SCHAAAN, Denise P. 2017. Sexualidade e teoria queer: apontamentos para a arqueologia e antropologia brasileira. In: *Revista de Arqueologia – Especial: Crítica Feminista e Arqueologia*. n. 20. v. 2.
- GUIDON, Niède. Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara - Sudeste do Piauí. 2003. In: *Com ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq10.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2017.
- GUIDON, Niède. Prefácio. 2013. In: PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da pré-história. Os biomas e as sociedades humanas no Parque Nacional Serra da Capivara*. Volume 1. 2ª edição. São Paulo: FUMDHAM, p. 11-13.
- ICMBIO. *Parque Nacional da Serra da Capivara*. 2016. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/unidades-abertas-a-visitacao/199parque-nacional-da-serra-da-capivara.html>>. Acesso em: 22 Jan. 2016.
- JUSTAMAND, Michel; MARTINELLI, Suely Amâncio; OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de; SILVA, Soraia Dias de Brito e. 2017. A arte rupestre em perspectiva histórica: uma história escrita nas rochas. In: *Revista de Arqueologia Pública*, v.11, n. 1, 2017.
- JUSTAMAND, Michel. 2017. Corpos em evidência: cenas corpóreas antropomorfas rupestres em São Raimundo Nonato (PI). In: *Revista Cordis – Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, n.

- 7, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10384/7731>>. Acesso em: 10 Dez. 2017.
- JUSTAMAND, Michel. 2007. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato* – PI. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- JUSTAMAND, Michel.; FUNARI, Pedro Paulo A. 2017. Representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, PI, Brasil. In: *Anuário de Arqueologia*, n. 8, 2016. Disponível em: <<http://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/6561>>. Acesso em: 11 Dez.
- JUSTAMAND, Michel.; FUNARI, Pedro Paulo A. 2017. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato-Piauí muito antes de 1500. In: *Revista Sodebras*, v. 9, n. 99, 2014. Disponível em: <<http://www.sodebras.com.br/edicoes/N99.pdf>>. Acesso em: 13 Dez.
- MARTIN, Gabriela. 1997. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- PESSIS, Anne-Marie; GUIDON, Niède. 2000. Registros rupestre e caracterização das etnias pré-históricas. In: VIDAL, Lux. (Org.). *Grafismos indígenas: estudos de antropologia estética*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo.
- PESSIS, Anne-Marie. 2013. *Imagens da pré-história*. Os biomas e as sociedades humanas no Parque Nacional Serra da Capivara. Volume 1. 2ª edição. São Paulo: FUMDHAM.
- PESSIS, Anne-Marie. 2003. *Imagens da pré-história*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/Petrobrás.
- UNESCO. *Parque Nacional Serra da Capivara*. 2018. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/serra-da-capivara/#c1348680>>. Acesso em: 13 Fev. 2018.
- VERGUEIRO, Viviane. 2015. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Salvador. 244 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Cultura e Sociedade.
- VIEIRA, Amiel Modesto. 2018. Reflexões sobre corpos dissidentes sob o olhar feminista decolonial-queer. In: BARRETO, Fernanda Carvalho Leão (org.) *Intersexo: aspectos jurídicos, internacionais, trabalhistas, registrares, médicos, psicológicos, sociais, culturais*. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, p. 481-492.
- WICHES, Camila A. de Moraes. 2017. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. In: *Revista de Arqueologia – Especial: Crítica Feminista e Arqueologia*. n. 20. v. 2.